



Simonsen: combater a inflação continuará a ser prioridade

Simonsen vê no Congresso a matriz da nova economia

Brasília — “Como resultado da abertura política, o Congresso adquiriu independência. Logo, o próximo Governo deverá promover a conciliação, o entendimento, pois vai precisar de um amplo suporte no Congresso para realizar seus projetos.” A receita é de Mário Henrique Simonsen, ex-Ministro da Fazenda e do Planejamento, atual diretor da Fundação Getúlio Vargas e membro do Conselho de Administração do Citibank.

Simonsen acha que o problema prioritário a ser resolvido pelo futuro Governo continuará a ser o da inflação, uma vez que herdará do atual o bom encaminhamento da administração das contas externas — ao final do ano o país deverá obter um superávit de 12 bilhões de dólares na balança comercial.

Programa

Inflação foi o tema principal de uma palestra feita durante esta semana por Simonsen a um grupo de integrantes da Frente Liberal. O ex-Ministro está participando do grupo de antigos auxiliares do Planalto que agora colabora com a elaboração do pacote de sugestões ao programa de Governo de Tancredó Neves, que o Vice-Presidente Aureliano Chaves entregará ao candidato no dia 16 de janeiro, se Tancredó for eleito no Colégio Eleitoral. Deste grupo fazem parte ainda os ex-Ministros Rangel Reis e Alys-son Paulineli (Governo Geisel), o empresário Sérgio Quintela e o ex-presidente do BNDES, Marcús Vianna.

Ao sair da palestra, Simonsen revelou apenas que o tema de suas sugestões foi a inflação. Mas em outras ocasiões Mário Henrique Simonsen fica à vontade para opinar sobre os rumos da economia brasileira, e é na qualidade de autor de um plano de reformas econômicas retardado após sua saída do Governo que Simonsen prega a mudança das estruturas administrativas do país, “hoje excessivamente centralizadas”.

— Funcionavam bem no passado, de fechamento político e crescimento econômico, numa situação em que o Executivo colhia os louros da vitória. Hoje acontece o inverso — diz.

Manejando sua extraordinária capacidade de produzir aforismos econômicos bem humorados, o professor lembra que, na época, aconselhou três reformas indispensáveis — orçamentária, monetária e tributária — para levar a abertura à economia. E preparar o processo decisório para sobreviver à eleição direta para o sucessor do sucessor do Presidente João Figueiredo:

— O executivo — antecipa — perderá seu poder discricionário de conceder verbas, mas se libertará das enormes pressões sobre o Presidente e seus ministros. Enfim, haverá uma mudança no eixo do poder em favor do Congresso, que passará a dividir responsabilidades econômicas.

Orçamento

Segundo o ex-Ministro, o orçamento público é feito para ser superavitário. Mas cabe uma pergunta: por que, no Brasil, com um orçamento superavitário, a inflação é de 200%, enquanto os Estados Unidos têm um déficit enorme e apenas 5% de inflação? A resposta, ele mesmo tem: “Simplemente porque o déficit não consta do orçamento”, explica, divertindo-se com esse jeitinho brasileiro para a contabilidade nacional.

Em vez de um, o país tem três orçamentos: um, do Tesouro, outro, das empresas estatais, e aquele que vale, o monetário, gerido pelo Banco Central, que conserta os rombos dos demais. Faz isso lançando títulos públicos, que recolhem dinheiro a altas taxas de mercado para emprestá-lo barato (outra contradição), realimentando o buraco e a inflação.

O diretor da FGV advoga um só orçamento, aprovado pelo Congresso, para “dar transparên-

cia às decisões econômicas do Governo perante a sociedade e criar um escudo contra pedidos extras” — ou seja, um plano de contas muito claro e simples, de como se gasta e arrecada para cobrir o déficit. Ele diz que com inflação alta, dívida externa grande e regime aberto, o Executivo que não se amolda aos novos tempos polariza todos os focos de demanda por recursos, fica na berlinda.

— Hoje, quem vai ao Palácio propor uma despesa e volta bem-sucedido só tem o bônus, não tem o ônus — ensina o professor, uma vez que caberá ao Executivo, e não ao Congresso, prover os recursos. Por isso, completa seu receituário de reformas com a transformação do Banco Central em mero controlador da moeda e o estabelecimento de novas regras tributárias.

Depois disso, o Banco do Brasil ganharia liberdade para operar competitivamente e poder assumir o fomento da produção, “com a vantagem de que o Governo ficaria livre dos pedidos de verbas”, enquanto Estados e Municípios receberiam transferências automáticas da União e teriam mais liberdade para gerar receitas próprias. “Isso respeitaria, na abertura, o princípio federativo, mas exige disciplina. É preciso acabar com o grande número de nomeações pre-eleitorais, de quatro em quatro anos”. Simonsen adotaria um impedimento constitucional a que as despesas de pessoal ultrapassassem certo percentual das receitas regionais.

Simonsen acha que quando estiverem prontas (as duas primeiras já têm projetos aprovados pelo Conselho Monetário), tais reformas comporão um sistema que, se não acaba com a inflação, facilita muito seu combate: “Quanto mais aberto o sistema, mais as pressões se contrabalançam”.

Inflação

— Grande parte do trabalho dos ministros da área econômica, hoje, é evitar o gol contra”, adverte, já que metade da equipe (“os econômicos”) joga na defesa, e o restante no ataque, mas fazendo gol contra seu próprio time (gastando). “Num regime presidencialista, no entanto, a política econômica deve ser do Presidente, e não do Ministro A ou B”.

Como ele acha que o combate à inflação continuará sendo a tarefa prioritária do futuro Governo, as reformas também ajudarão. “A situação externa está se consolidando. O superávit comercial será de 12 bilhões de dólares, as reservas melhoraram e a economia volta a crescer por causa da exportação”, observa. “Restará obter melhores prazos e juros mais baixos na renegociação da dívida. Mas quem tranca agora o crescimento não é o desarranjo do balanço de pagamentos, e sim a inflação de 200%”.

Por esse raciocínio Simonsen chega sempre à sua repetida recomendação de que a economia seja “desindexada”. Isto significa deixar de corrigir salários, preços e demais rendimentos pela inflação passada, porque, caso contrário, apesar da recessão, a inflação não cai. “Vamos ser realistas”, interrompe o professor, “Não vamos ser ingênuos de imaginar que a conciliação é capaz de gerar ativos sem passivos. O que ela gera é maior divisão de responsabilidades”.

E como se estivesse num quadro negro, declama: “Todo benefício tem um custo. O que se pode fazer é arbitrar. O beneficiário vai ser fulano e o perdedor beltrano. Nos deveríamos escrever na Constituição: é proibido alguém propor uma despesa sem indicar suas fontes correspondentes”. Para Simonsen, só assim a democracia chega à economia e o Brasil pode organizar-se como nação desenvolvida.